



Gramática - (Prof. Elias Santana)

Dica 1 - Olá, querido(a)! A banca FGV é muito exigente na disciplina de língua portuguesa. A minha primeira dica é: deixe as questões de texto por último, uma vez que elas são muito cansativas (principalmente quando o texto está na página 2 e a questão está na página 5). A banca adora as terminologias "anáfora" (referência a algo anteriormente citado) e "catáfora" (referência a algo posteriormente citado). Ela também cobra a diferença entre adjuntos adnominais e complementos nominais. Lembre-se de que, se a referência for um substantivo concreto, o termo só pode ser um adjunto adnominal. Todo complemento nominal é preposicionado, mas o adjunto pode ou não ser preposicionado. Se a referência for um substantivo abstrato, lembre-se de aná lise de agente (a.adn.) e paciente (c.n.). Fique com Deus! Um abraço!

Texto - (Prof.ª Tereza Cavalcanti)

Dica 2 - Para as questões de interpretação, leia o texto com atenção (sublinhe as palavras-chave, circule os conectivos), a fim de garantir que você de fato está entendendo a ideia central e as relações de sentido. Ao longo da leitura, vá identificando o tema, a tipologia, os termos de referência, porque isso mantém o foco e sua concentração e, às vezes, antecipa o que examinador vai cobrar - o que é ótimo! Nas questões de reescritura, veja o que a banca está cobrando. Se for correção e sentido, comece pelos aspectos gramaticais e só depois, se necessário, confronte os sentidos.

Noções de Administração Prof. Bruno Eduardo

Dica 3 - Pense em sua prova de hoje. Ao realizá-la conforme seu plano e no horário estipulado, você foi eficaz; ao utilizar seus recursos materiais, seu tempo e seu conhecimento da melhor forma possível, obterá a eficiência e, ao atingir sua aprovação e obter a sonhada nomeação, você tem a efetividade. Eficácia é o produto planejado; a eficiência é a utilização dos recursos da melhor forma possível; e a efetividade é o resultado que o produto gera satisfazendo o cliente/consumidor. Uma excelente prova a todos!!

Lei n. 8.112/1990 - (Prof. Roberto Cardoso) Dica 4 - Você deverá lembrar que, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: I - assiduidade; II - disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV - produtividade; V responsabilidade. Boa prova!



Lei n. 8.429/1992 - (Prof.ª Roberto Cardoso) Dica 5 - Lembre-se de que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado. Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa. Boa prova!

Direito Civil - (Prof.ª Raquel Bueno)

Dica 6 - O cumprimento de sentença condenatória de pagar quantia não deve ser confundido com a execução autônoma de um título executivo extrajudicial, envolvendo pagamento de quantia. Na primeira hipótese, há uma fase de execução, iniciada por simples requerimento, nos mesmos autos onde ocorreu a fase de conhecimento! Assim, o executado é intimado para efetuar o pagamento em 15 dias, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% e protesto da sentença, além da negativação do seu nome perante os órgãos de proteção ao crédito! Caso o executado queira oferecer resistência, tem 15 dias para oferecer a impugnação! Já na execução autônoma, deve ser feita petição inicial, com citação do devedor para pagar em 3 dias, pedir parcelamento (art. 916 do (PC), ou oferecer embargos à execução em 15 dias!



Direito Constitucional Prof. Wellington Antunes

Dica 7 - Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo.

Direito do Trabalho - (Prof. Rogério Dias)

Dica 8 - O contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder o prazo de 180 dias, consecutivos ou não, podendo ser prorrogado por até 90 dias, consecutivos ou não.

Direito Processual do Trabalho Prof. Rogério Dias

Dica 9- A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

Roberta Queiroz - Direito Civil

Dica 10 - Quando o juiz estende direitos do cônjuge ao companheiro, ocorre interpretação extensiva; o único absolutamente incapaz é o menor de 16 anos; o registro da pessoa jurídica tem natureza constitutiva; simulação é negócio jurídico nulo - imprescritível; o prazo para ajuizar ação anulatória é de 4 anos e decadencial; não corre prescrição contra o absolutamente incapaz; prazos



prescricionais são em anos e não podem ser alterados pelas partes; prazo decadencial pode ser em dias, meses e anos, estando ligado a direitos potestativos, e pode ser previsto em lei ou pela vontade das partes.

DICA MOTIVACIONAL

POR GABRIEL GRANJEIRO

Futuro(a) servidor(a),

Lembre-se: a abstenção média em concurso público é de 30%. Além disso, estão mesmo preparados para serem aprovados em concurso, em média, apenas 10% dos inscritos. Logo, a cada grupo de 100 inscritos, apenas de 5 a 7 concorrentes são, de fato, competitivos. Esqueça a concorrência! Se você se preparou adequadamente e está lendo esta informação, tem extraordinárias chances de se tornar servidor(a) do TRT-SC. Entre confiante e dê o seu melhor. Agindo assim, você atingirá o seu potencial.



BOA PROVA E GRAN SUCESSO!

